



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3.267, DE 2019.

PROJETO DE LEI Nº 3.267, DE 2019

EMENDA SUPRESSIVA Nº (Do Sr. Dr. Frederico)

Altera os artigos 1º e 5º do Projeto de Lei n.º 3.267, de 2019, para suprimir o parágrafo único do artigo 168 proposto.

Suprima-se o artigo 168, parágrafo único, da Lei n.º 9.503, de 1997, incluído pelo artigo 1º do Projeto de Lei nº 3.267, de 2019, nos termos a seguir:

“Art. 1º.....
.....

“Art. 168.
~~Parágrafo único. A violação do disposto no art. 64 será punida apenas com advertência por escrito. (NR)~~
.....”

(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo salvaguardar a penalidade tipificada na redação original da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Veja-se que as mortes de crianças em acidentes de trânsito, em particular nas estradas, tiveram redução de aproximadamente 20%, desde que a obrigatoriedade do uso de cadeirinhas para transporte de crianças em carros passou a ser fiscalizada, em 2010. É o que aponta um estudo do Conselho Federal de Medicina, da Sociedade Brasileira de Pediatria e da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), com base em dados do Ministério da Saúde.

Em 2010, quando as sanções pecuniárias (multas), pela falta do uso do dispositivo mencionado, começaram a ser aplicadas no Brasil, 346 crianças, com até 9 anos, morreram nas rodovias.

Já em 2017 (dados mais recentes), por sua vez, foram 279. Isto é, um número 19,4% menor.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

E o número de internações de crianças em estado grave, decorrentes de acidentes de trânsito, caiu 33%: foram 814 em 2010 e 549 em 2017.

O uso de dispositivos de retenção (cadeirinha) para o transporte de crianças evita em até 70% o risco de morte em decorrência de acidente de trânsito.

Tudo exposto, sugerimos a presente proposta de emenda para contribuir com a segurança e aperfeiçoamento de todos os agentes envolvidos no Sistema Nacional de Trânsito.

Certo do mérito de nossa proposta, solicitamos apoio para sua aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Dep. DR. FREDERICO
Patriota/MG